



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 15/02/2017 – MPDFT

ATA 02/2017

1Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2017, às 9h, na sede do Ministério Público do Distrito Federal  
2e Territórios - MPDFT, em Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério  
3Público dos Estados e da União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores  
4(as): Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;  
5Presidente do CNPG; Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do  
6Estado do Acre; Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, representando Dr. Alfredo Gaspar  
7de Mendonça Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dr. Roberto da Silva  
8Alvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá, Dra. Ediene Santos Lousado,  
9Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dr. Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de  
10Justiça do Estado do Ceará; Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT;  
11Dr. Josemar Moreira, representando Dra. Elda Márcia Moraes Spedo, Procuradora-Geral de  
12Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr. Lauro Machado Nogueira, Procurador-Geral de Justiça  
13do Estado de Goiás; Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça do Estado do  
14Maranhão; Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato  
15Grosso, Dr. Paulo César dos Passos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do  
16Sul; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr.  
17Marcos Antonio Ferreira das Neves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Bertrand  
18de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Dr. Ivonei Sfoggia,  
19Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Francisco Dirceu Barros, Procurador-Geral  
20de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça  
21do Estado do Piauí; Dr. Marfan Martins Vieira, representando Dr. José Eduardo Ciotola Gussem,  
22Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Marcelo Lemos Dornelles,  
23Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dra. Vera Lucia Pacheco Ferraz de  
24Arruda, representando Dr. Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de  
25Rondônia, Dra. Elba Christine Amarante de Moraes, Procuradora-Geral de Justiça do Estado de  
26Roraima, Dr. Cid Luiz Ribeiro Schmitz, representando Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de  
27Justiça do Estado de Santa Catarina; Dr. Fernando Grella Vieira, representando Dr. Gianpaolo  
28Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. Clenan Renaut de Melo  
29Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Jaime de Cássio Miranda,  
30Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho;  
31Dr. Claudio Henrique Portela, Corregedor Nacional; Dr. Antônio Pereira Duarte, Conselheiro do  
32CNMP; Dr. Fábio Stica, Conselheiro do CNMP; Dr. Marcelo Ferra, Conselheiro do CNMP, Dr.  
33Orlando Rochadel, Conselheiro do CNMP; Dr. Esdras Dantas, Conselheiro do CNMP e Dr.  
34Glaucio Pinto Garcia, Secretário-Executivo do CNPG. **INICIADOS OS TRABALHOS:** o  
35Presidente, após os agradecimentos de praxe, deu boas vindas a todos os presentes, destacando a  
36presença de Dr. Orlando Rochadel, Conselheiro do CNMP, a quem foi concedida a palavra, para  
37que também saudasse os presentes. Em seguida, Dr. Rinaldo Reis, Presidente do CNPG, também  
38destacou a presença de Dr. Leonardo Bessa, PGJ/DF, a quem agradeceu pela cessão do espaço da



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 15/02/2017 – MPDFT

ATA 02/2017

39reunião e concedeu a palavra. Dr. Leonardo Bessa, que, após saudar os presentes, devolveu a  
40palavra ao Presidente. Ato contínuo, o Presidente efetuou saudação especial ao Dr. Dirceu Barros,  
41PGJ/PE, o mais novo membro do CNPG, a quem deu boas-vindas e concedeu a palavra. Dr.  
42Francisco Dirceu Barros, em breves palavras, agradeceu a acolhida, tendo o Presidente, em  
43seguida, destacado que Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, Dr. Roberto, PGJ/AC e Dr. Paulo Prado,  
44PGJ/MS participam da última reunião no CNPG. Em seguida, deliberou-se pela aprovação das  
45atas referentes às reuniões dos dias 30/11/16 e 16/01/17 (itens 1 e 2 da pauta). Na sequência, o  
46Presidente concedeu a palavra a Dr. Fábio Stica, Conselheiro do CNMP, que discorreu sobre as  
47dificuldades vivenciadas pelo *Parquet* em razão do quadro político atual, destacando o entusiasmo  
48em integrar o CNMP, ao lado de seus pares. Em seguida, Dr. Orlando Rochadel sugeriu que os  
49integrantes do CNPG mantivessem contato mais intenso com os membros do CNMP, de modo a  
50reforçar a relação entre tais órgãos. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ/RS, falou sobre os julgamentos  
51dos procedimentos acerca do teto remuneratório, no CNMP, salientando que o prazo para resposta  
52concedido aos MPs não foi uniforme, etc.. Dr. Orlando Rochadel destacou que, de fato, não há  
53previsão para julgamento uniforme de tais procedimentos, reiterando, inclusive, o afirmado  
54anteriormente, no sentido de que é necessária a aproximação do CNPG com o CNMP. Com a  
55palavra, Dr. Paulo Prado, PGJ/MS, discorreu sobre a necessidade do próprio CNMP resguardar a  
56imagem do MP Brasileiro, especialmente nessa fase, onde a própria mídia dá sinais de que é  
57contrária ao Ministério Público. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ/RS, retomou a palavra, voltando a  
58abordar o tema relacionado à atuação do CNMP (instauração de procedimentos relacionados ao  
59teto remuneratório). Dr. Marfan, representando o Procurador-Geral do MPRJ, também abordou o  
60tema relacionado à instauração de procedimentos, pelo CNMP, sobre o teto remuneratório,  
61solicitando que o Órgão observe a coisa julgada administrativa, etc.. Em seguida, Dr. Fábio Stica  
62citou um caso concreto onde a mídia explorou negativamente a imagem do MP Brasileiro, mesmo  
63em sendo observada a devida legalidade. No que tange à observação efetuada por Dr. Marfan, Dr.  
64Fábio Stica destacou que a Comissão de Legislação e Jurisprudência, do CNMP, está trabalhando  
65no sentido de organizar tal acervo, de modo a evitar que isso volte a ocorrer (inobservância à  
66coisa julgada administrativa, pelo CNMP). Dr. Rochadel destacou a presença de Dr. Esdras  
67Dantas, Conselheiro do CNMP, momento após o qual voltou a abordar o tema relacionado ao  
68pagamento de verbas retroativas, salientando que, mesmo em se observando a estrita legalidade, a  
69mídia sempre será contrária, etc.. Na sequência, o Presidente concedeu a palavra a Dr. Ronaldo  
70Fleury, PGT, que após as saudações de praxe, abordou o tema relacionado à atuação do CNMP,  
71destacando que a própria heterogeneidade do CNMP, por vezes, faz com que o Órgão tome  
72decisões que interferem na autonomia do MP, citando como exemplo um caso concreto onde o  
73CNMP sugeriu que fosse reavaliada a conveniência e oportunidade do ato administrativo  
74(salientou, inclusive, que oito servidores do MPT estão designados apenas para atuar nos  
75procedimentos do CNMP), entendendo importante o constante contato entre os membros do  
76CNPG e CNMP, conforme sugerido por Dr. Orlando Rochadel. Em seguida, considerando a  
77disponibilidade destacada por Dr. Ronaldo Fleury, ficou definido que a eleição dos membros que



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJ – 15/02/2017 – MPDFT**

**ATA 02/2017**

78comporão o CNMP ocorrerá na PGT, em data já definida pelo Colegiado, dia 06/04/17. Ato  
79contínuo, Dr. Fernando Grella, representando o PGJ/SP, abordou a necessidade do CNMP, em  
80que pese sua autonomia, observar a simetria com o judiciário (CNJ), no que tange à questão do  
81teto remuneratório. Na sequência, O Presidente retomou a palavra, destacando a presença de Dr.  
82Esdras Dantas, Conselheiro do CNMP, representante da OAB, enaltecendo sua destacada atuação  
83no Órgão, agradecendo a atenção dispensada aos membros do ministério público, etc.. Dr. Esdras,  
84após prestar homenagens ao Dr. Rinaldo Reis, Presidente do CNPJ, e ao Dr. Leonardo Bessa,  
85PGJ/DF, destacou a satisfação e a honra em participar do CNMP, principalmente pela convivência  
86com Dr. Orlando Rochadel e Dr. Fábio Stica, bem como com os demais Conselheiros, salientando  
87que se sente como integrante do Ministério Público, sendo que sua função maior é zelar pelo  
88prestígio do MP Brasileiro, embora, às vezes, tenha que atuar, como membro do CNMP, para  
89corrigir determinadas e pontuais irregularidades, inerentes ao ser humano. Na sequência, Dr.  
90Rinaldo Reis, após agradecer ao Dr. Esdras, concedeu a palavra a Dr. Leonardo Bessa, PGJ/DF,  
91que convidou todos os Coordenadores dos CAOPs Meio Ambiente a participarem de reunião  
92preparatória com a ADASA, em Brasília, relacionada ao Fórum Mundial da Água, no dia  
9323/06/2017. Retomando os trabalhos, o Presidente submeteu à deliberação do plenário o item 3 da  
94pauta (Enunciados do GNDH), momento em que Dr. Francisco Dirceu Barros, PGJ/PE, destacou  
95que, em razão de não possuir conhecimento acerca da matéria (recém empossado no cargo de  
96PGJ), irá se abster – os demais membros aprovaram os Enunciados do GNDH. Dr. José Rony,  
97PGJ/SE, presidente do GNDH, teceu algumas considerações acerca da matéria objeto de  
98deliberação, agradecendo, em seguida, ao Dr. Sandro Neis, PGJ/SC, e informando que o próximo  
99encontro do GNDH ocorrerá em Santa Catarina, nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2017. Dando  
100continuidade à pauta, passou-se a deliberar acerca do item 4 (Provimento nº 01/2017), momento  
101em que o Presidente explicou o procedimento da eleição, etc., explicitando que deve o próprio  
102PGJ comparecer ao ato de votação, sendo que, em não sendo possível comparecer, que designe  
103alguém, especificamente para o ato. Em seguida, após os devidos acertos, foi o mesmo aprovado,  
104à unanimidade. Dr. Rinaldo Reis destacou a presença de Dr. Marcelo Ferra, Conselheiro do  
105CNMP, que após proferir breves palavras, abordou a situação de alguns procedimentos do CNMP,  
106relacionados ao Auxílio Moradia, etc., destacando que, em razão da composição eclética do  
107Órgão, por vezes surgem entendimentos que nem sempre agradam os membros do MP Brasileiro.  
108Ao final, agradeceu a acolhida, devolvendo a palavra ao Presidente. Na sequência, o Presidente,  
109após agradecer a presença de Dr. Marcelo Ferra, procedeu à entrega das medalhas de honra, do  
110CNPJ, ao Dr. Carlos André, ex-PGJ/MG e ao Dr. Carlos Augusto, ex-PGJ/PE, agradecendo a  
111atuação destacada dos mesmos, perante o CNPJ (item 11 da pauta). Retomando os trabalhos, o  
112Presidente, sugerindo nova inversão de pauta, concedeu a palavra a Dr. Cid Luiz, representante do  
113PGJ/SC, a Dra. Ediene, PGJ/BA, a Dr. Fernando Grella, representante do PGJ/SP, e a Dr. Marfan,  
114representante do PGJ/RJ, que traçaram breves considerações acerca da Reforma da Previdência  
115(item 10 da pauta). Em seguida, Dr. Paulo Modesto, assessor da PGJ/BA, efetuou algumas  
116considerações acerca da proposta de Reforma da Previdência, destacando que não se trata de uma



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 15/02/2017 – MPDFT

ATA 02/2017

117 reforma estrutural, e sim paramétrica, posto que dosa o sistema no que tange à fruição e aquisição  
118 de benefícios, etc. Destacou a suposta omissão, na PEC, no que tange ao destino da contribuição  
119 dos inativos do Setor Público. Salientou, também, que, para as próximas gerações, será pior se  
120 aposentar pelo regime público, destacando, também, a redução no valor da pensão. Acrescentou  
121 que não há como defender a tese de que há direito adquirido, frente às regras de transição,  
122 defendendo que pode ser invocado o princípio da segurança jurídica, etc., sugerindo que o CNPG  
123 traçasse as sugestões políticas a serem discutidas com o Relator da PEC, Deputado Arthur Maia.  
124 Dr. Ediene, PGJ/BA, sugeriu que Dr. Paulo Modesto acompanhasse os membros do CNPG na  
125 reunião com o relator da PEC. Dr. Cid sugeriu que fosse fixada a forma pela qual o CNPG atuará  
126 junto ao Congresso Nacional, no que se refere à Proposta de Reforma da Previdência. Dr. Rinaldo  
127 Reis Lima compartilhou da mesma preocupação. Ato contínuo, Dr. Paulo Penteado (MPSP),  
128 representante da CONAMP, destacou que a posição da CONAMP não é a de confronto. Salientou  
129 que a PEC em questão têm cunho econômico-orçamentário, trespassando o conteúdo jurídico,  
130 razão pela qual se faz necessária a identificação do que norteou a motivação da PEC – Estado com  
131 menor intervenção na economia. Na ocasião, concordou com Dr. Paulo Modesto, no sentido de  
132 que não se pode adotar a tese de se invocar, junto ao STF, direito adquirido, e sim o princípio da  
133 segurança jurídica, citando a ADIN 3104. Na sequência, traçou breves comentários acerca da  
134 imprecisão da projeção atuarial, efetuada pelo governo, etc.; Explicou que atualmente vigoram 3  
135 (três) regimes de previdência: 1º - integralidade e paridade (até a EC nº 41/03); 2º - intermediário;  
136 regime de médias (a partir de 2003); 3º - regime complementar. Explicou que a PEC reforma isso  
137 tudo, criando um novo regime (art. 3º da PEC), afastando a integralidade e paridade, sendo que,  
138 para se aposentar, percebendo a integralidade, deve o membro contribuir durante 49 (quarenta e  
139 nove) anos, etc.. Por fim, destacou que a FRENTAS elaborou 5 (cinco) emendas que serão  
140 apresentadas ao Congresso nacional, e que haverá necessidade de coleta de assinaturas, com apoio  
141 do CNPG. As emendas reformata a regra de transição; extirpa o requisito etário; possibilita  
142 receber acima do teto do RGPS; mantém o regramento da pensão como é hoje; suprime a  
143 contribuição do inativo; permite a cumulação entre aposentadoria e pensão – cláusula pétrea;  
144 mantém o abono de permanência, com imunidade tributária; assegura os 17% do tempo de serviço  
145 especial do MP, Magistratura e Tribunal de Contas; retira MP e Judiciário da PEC e; proíbe  
146 desvinculação da DRU das receitas previdenciárias. Ao final, solicitou a atuação do CNPG junto  
147 ao Congresso Nacional, para reforçar a coleta de assinaturas para apresentação das emendas. Dr.  
148 Paulo Prado, PGJ/MT, e Dr. Plácido, PGJ/CE, suscitaram algumas questões, etc.. O Presidente,  
149 em seguida, agradeceu as exposições, também efetuando algumas abordagens. Ato contínuo, Dr.  
150 Fernando Grella falou acerca da necessidade de se definir a forma de atuação do CNPG junto ao  
151 Congresso Nacional, no que tange à Reforma da Previdência; Dra. Ediene Lousado, PGJ/BA,  
152 elogiou os trabalhos efetuados pela CONAMP, parabenizando a atuação de Dr. Paulo Penteado,  
153 agradeceu a contribuição de Dr. Paulo Modesto e destacou que irá elaborar relatório, a ser  
154 apresentado aos demais integrantes do Grupo (Comissão de Reforma da Previdência), com as  
155 respectivas sugestões de atuação junto ao Congresso Nacional. Na sequência, Dra. Vera,



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 15/02/2017 – MPDFT**

**ATA 02/2017**

156representando o PGJ/RO, e Dr. Marcelo Dornelles, PGJ/RS, teceram algumas considerações  
157acerca do tema. O Presidente, em seguida, solicitou que os integrantes da Comissão da Reforma  
158da Previdência (PGJ/BA; PGJ/RJ; PGJ/SC e PGJ/SP) agissem de modo a viabilizar a atuação do  
159CNPNG junto ao Congresso Nacional, agradecendo, mais uma vez, as presenças de Dr. Paulo  
160Modesto e Dr. Paulo Pentead, informando, na sequência, sobre a pausa da reunião para o  
161almoço. Retomando os trabalhos, o Presidente passou a abordar o Item 07 da pauta (instrução de  
162processos criminais sem a participação do representante do MP). Inicialmente, Dr. Francisco  
163Dirceu, PGJ/PE, solicitou a palavra e discorreu sobre o tema, abordando o caso concreto  
164vivenciado no Estado de Pernambuco, destacando não se tratar de omissão do *Parquet*, mas sim  
165de ausência de membros no quadro do MPPE. Dra. Ediene, PGJ/BA, também teceu algumas  
166considerações acerca do tema. Dr. Fernando Grella sugeriu que o CNMP fosse provocado a se  
167manifestar (CNJ respalda a atitude dos juízes – realizar a audiência sem a participação do MP).  
168Dr. Rinaldo Reis Lima, Presidente do CNPG, emitiu opinativo no sentido de que o CNMP não  
169teria como auxiliar nessa questão, posto que não poderia aquele Órgão preencher tal lacuna, uma  
170vez que o CNJ referendou tal comportamento dos juízes (realizar audiência de instrução criminal,  
171sem a participação do membro do MP). Dr. Marcos, PGJ/PA, relatou os problemas vivenciados  
172no MPPA, relacionados à questão, sugerindo, em seguida, que a atuação do CNMP ou do CNPG  
173seja voltada à conciliação (concentração dos atos processuais – acordo MP e TJ). Dra. Vera  
174destacou que no MPRO o problema também se deve à escassez de membros. Dr. Lauro Machado,  
175PGJ/GO, ressaltou que, de fato, por se tratar de questão processual, deve haver um consenso entre  
176o MP e Judiciário. Dr. Paulo Prado, PGJ/MT, entende que o acionamento da via judicial não é o  
177melhor caminho. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ/RS, destacou que a solução deve ser encontrada  
178dentro de cada MP, posto que a audiência criminal é prioridade (deslocar promotores do cível,  
179etc.). Dra. Vera, representante do PGJ/RO, salientou que situações há em que a escassez de  
180membros é a razão do problema, de modo que esse remanejamento de promotores cíveis,  
181eventualmente, também não seria possível. O Presidente reiterou que não deve o MP aceitar tal  
182entendimento, posto que tal órgão é o titular da Ação Penal. Em seguida, Dr. Marcos, PGJ/PA,  
183acrescentou que nenhum PGJ concorda com a decisão, entendendo necessária, apenas, uma  
184definição do CNPG quanto ao modo de atuação, para, justamente, combater tal decisão. Na  
185sequência, o Presidente destacou a presença e deu boas-vindas ao Corregedor Nacional, Dr.  
186Cláudio Portela, que citou como exemplo um caso ocorrido no Piauí, onde a problemática  
187decorreu do excessivo número de Membros na Capital, desguarnecendo o interior do Estado.  
188Também mencionou um problema vivenciado na Bahia, reforçando tal tese, de que o excessivo  
189número de membros na Capital acaba prejudicando o regular funcionamento das promotorias do  
190interior. Dra. Ediene, PGJ/BA, e Dr. Cleandro, PGJ/PI, teceram breves considerações acerca do  
191tema. O Presidente também discorreu acerca de problemas pontuais, no MPRN, salientando que  
192procedeu à extinção de 14 (catorze) promotorias da Capital, no intuito de evitar que promotores  
193do interior ocupassem tais promotorias, quando vagassem – tudo no intuito de equacionar tal  
194problema. Ato contínuo, concedeu a palavra a Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, que discorreu acerca



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 15/02/2017 – MPDFT**

**ATA 02/2017**

195do problema vivenciado no MPMG, relacionado à distribuição das atribuições dos membros,  
196solucionado após a inspeção da Corregedoria Nacional. Dr. Marcos, PGJ/PA, também teceu  
197breves comentários acerca de tal problema (distribuição de atribuições). Dr. Cláudio Portela,  
198Corregedor Nacional, retomou a palavra, e passou a discorrer acerca do andamento das ações  
199relacionadas à perda de cargo de membro do MP, em decorrência de condenação criminal e de  
200improbidade. Destacou, também, a proposta de revogação da Resolução nº 53, do CNMP  
201(iniciativa de Dr. Cláudio Portela). Por fim, solicitou apoio do CNPG para a criação de um grupo  
202sobre o sistema prisional. Ato contínuo, Dr. Paulo Prado falou sobre a redução da atuação do MP,  
203no âmbito cível, entendendo necessária uma revisão das atribuições de modo a buscar equilibrar e  
204regularizar a atuação do MP na seara criminal. Dr. Cláudio Portela destacou que tal tema está sob  
205análise, etc. e se despediu, agradecendo a acolhida. Dra. Ediene, PGJ/BA reforçou a necessidade  
206de tal análise. O Presidente retomou a palavra, submetendo aos membros sob qual forma irá o  
207CNPNG atuar para combater o entendimento de que a audiência de instrução criminal pode ocorrer  
208sem a participação do membro do MP. Dr. Fernando Grella, representante do PGJ/SP, reiterou seu  
209entendimento no sentido de que o CNPG deveria provocar o CNMP para que se manifeste acerca  
210de tal questão. Dr. Marcos, PGJ/PA, se comprometeu em encaminhar para o CNPG a  
211recomendação efetuada pelo MPPA, relacionada à matéria. Em seguida, após breve debate entre  
212os membros, restou deliberado que cada membro irá recorrer no âmbito das Cortes Estaduais,  
213decidindo-se que o CNMP não será provocado acerca de tal questão. Em sequência, abordou-se o  
214Item 5 da pauta (situação do sistema prisional no âmbito nacional). Dr. Gonzaga, PGJ/MA,  
215discorreu acerca dos recentes problemas vivenciados em determinados Estados, destacando a  
216necessidade de se combater o entendimento de que a solução do sistema prisional está na soltura  
217dos presos. Destacou que no Maranhão apenas 0,12% da população está segregada, estando em  
218aberto mais de 10.000 (dez mil) mandados de prisão. Reforçou que o Estado deve, sim, punir os  
219infratores, devendo, por outro lado, efetuar os julgamentos dos presos provisórios. Dra. Ediene,  
220PGJ/BA, também discorreu sobre o tema, destacando o quantitativo de presos provisórios do  
221Estado, salientando, entretanto, que não apenas nos presos provisórios está o foco da questão, mas  
222também nas organizações criminosas, solicitando, ao final, que, em sendo formado tal comissão  
223(sistema prisional), no âmbito do CNPG, que a mesma gostaria de integrá-la. Dr. Josemar,  
224PGJ/ES, após abordar a problemática vivenciada no Estado do ES, com a greve da PM, emitiu  
225opinião no sentido favorável à criação de tal comissão, no âmbito do CNPG. Em seguida, Dr.  
226Marcos, PGJ/PA, falou sobre a descontinuidade dos processos criminais, em decorrência da  
227ausência do juiz, destacando que não se pode atribuir ao MP a culpa pelo problema, sendo,  
228portanto, indevida a transferência para o MP de tal responsabilidade (soltar presos, como forma de  
229solução da questão). Acrescentou que a solução não estaria nos bloqueadores de sinal de celular,  
230mas sim no combate à corrupção, dentro dos presídios (entrada de armas, celulares, etc.). Na  
231sequência, o Presidente concedeu a palavra a Dr. Ivonei Sfogia, PGJ/PR, que discorreu sobre o  
232quantitativo de presos no seu Estado, destacando que no Paraná se encontra o maior número de  
233presos em delegacias, razão pela qual tem interesse na criação de tal comissão. Dr. Lauro



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJG – 15/02/2017 – MPDFT**

**ATA 02/2017**

234Machado, PGJ/GO, expressou seu entendimento no sentido de que o gerenciamento das vagas  
235deve caber ao poder executivo e não ao judiciário, reforçando, também, o posicionamento de Dr.  
236Marcos, no sentido de que o combate à corrupção também é fundamental para a solução da  
237questão, apoiando, ao final, a ideia de criação da comissão do sistema prisional. Ato contínuo, Dr  
238Marcelo Dornelles, PGJ/RS, destacou sua proposta, no sentido de que a investigação do MP seja  
239voltada às ocorrências em evidência nos presídios (drogas, celulares, armas, etc.) – foco do  
240GNCOC: lavagem de dinheiro. Em seguida, salientou que entende necessário que não se  
241misturem os novos presos com os antigos; que sejam os líderes isolados e que haja o  
242enfrentamento da lavagem de dinheiro, que é função do MP estadual. Na ocasião, o PGJ/RS  
243renovou o convite para a reunião do GNCOC, que ocorrerá no RS, de 15 a 17/03, destacando que  
244esse tema será tratado especificamente na reunião. Por fim, no que tange à formação de grupos  
245novos, entende que isso tem sido evitado em razão do aumento de despesas, e opinou, nesse  
246sentido, pela criação inicial de um grupo como braço do GNCOC. Dr. Paulo Prado, PGJ/MT,  
247acompanhou o entendimento de Dr. Lauro Machado, no sentido de que cabe ao Executivo o  
248gerenciamento da execução penal. O Presidente, em seguida, passou a palavra a Dra. Cleonice,  
249Promotora do MPDFT (execução penal), que discorreu acerca do Item 6 da pauta (criação da  
250Comissão sobre o Sistema Prisional), no âmbito do CNPJG, emitindo opinativo no sentido de que,  
251em razão da importância do tema, deveria ser viabilizada a formação de um grupo autônomo. Dr.  
252Leonardo Bessa, PGJ/MPDFT, em seguida, destacou a importância do tema, apoiando tal criação,  
253em razão de sua enorme importância. Dr. Marcos, PGJ/PA, parabenizou a proposta, destacando,  
254em seguida, a necessidade de se utilizar a videoconferência, como forma de reduzir os custos, etc..  
255Ao final de sua exposição, salientou ser favorável à criação de um grupo autônomo. Dr. Marcelo  
256Dornelles, PGJ/RS, sugeriu que o grupo fosse agregado ao GNCOC, sendo os membros indicados  
257pelo Procurador-Geral. Na ocasião, sinalizou positivamente à criação de qualquer grupo, desde  
258que o funcionamento ocorra conforme a sugestão de Dr. Marcos, através de videoconferência,  
259como forma de reduzir custos. Ao final, destacou que o MPRS não tem condições de custear um  
260novo grupo. Dr. José Rony, PGJ/SE, se manifestou favorável à criação de tal grupo, seja através  
261do GNCOC ou de forma autônoma. O Presidente retomou a palavra, destacando a enorme  
262importância do tema, em especial pela omissão do poder executivo, no que tange à correta  
263administração dessa questão, destacando, na oportunidade, que a exemplo do relatado por Dr.  
264Inovei Sfogia, PGJ/PR, o poder executivo do RN também devolveu verba sem a devida aplicação  
265na segurança pública, entendendo a preocupação de Dr. Marcelo Dornelles, mas opinando  
266favoravelmente à criação do grupo, de forma extraordinária. Dra. Ediene Lousado, PGJ/BA, após  
267elogiar a iniciativa, sugeriu que, em razão do baixo quórum de membros do CNPJG presentes,  
268nesse momento, a votação fosse submetida à próxima reunião, a realizar-se no dia 15/03/17, no  
269MPM. Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, sugeriu que o PGJ designasse membro para atuar no grupo,  
270que fosse definida qual a atuação do grupo, etc., destacando que a criação de novos grupos deve  
271ser bem analisada, de modo que seja evitado o aumento de gastos. Sugeriu, ainda, uma maior  
272abordagem da proponente acerca do tema, para análise mais aprofundada da questão, pelo CNPJG.



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 15/02/2017 – MPDFT

ATA 02/2017

273Em continuidade, o Presidente reiterou ser favorável à criação de tal grupo, com prazo  
274demarcado. Dr. Paulo Prado, PGJ/MT, reforçou a questão levantada no plenário, no que diz  
275respeito aos gastos decorrentes da criação de tais grupos. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ/RS,  
276reforçou seu opinamento, no sentido de que tal grupo deve ser um desdobramento do GNCOC.  
277Dr. Cid Luiz, representando o PGJ/SC, opinou favoravelmente à criação de um grupo voltado ao  
278sistema prisional, sugerindo, entretanto, que outros órgãos integrassem o mesmo, como forma de  
279dar maior executividade às decisões. Dr. Marcos, PGJ/PA, reforçou seu posicionamento anterior,  
280no tocante à execução dos trabalhos, à distância, como forma de minimizar os gastos com custos  
281de deslocamento. Na sequência, Dra. Cleonice reforçou o porque da necessidade da criação do  
282grupo nacional, etc., acrescentando que o sistema prisional abarca os Direitos Humanos, a lesão a  
283direitos fundamentais, controle de verbas públicas, etc., transpassa o âmbito do crime organizado  
284(GNCOC), finalizando com o destaque de que a atuação do MP, nos moldes atuais, não está  
285funcionando a contento, reforçando o pleito pela criação de tal grupo, seja dentro do GNCOC ou,  
286preferencialmente, de forma autônoma. Dra. Ediene reiterou que, em razão do baixo quórum, a  
287votação deveria ser submetida a uma outra reunião. O Presidente complementou, solicitando que  
288Dra. Cleonice, no período de 10 (dez) dias, efetuasse uma complementação das informações  
289acerca do grupo, concordando com o entendimento de Dra. Ediene no sentido de que a  
290deliberação deva ser realizada numa outra oportunidade, com maior quórum. Dr. Paulo Prado,  
291PGJ/MT, sugeriu que outros membros fossem ouvidos. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ/RS, destacou  
292a sugestão de Dr. Fernando Grella, representante do PGJ/SP, no sentido de que grupos presenciais  
293só fossem criados com prévia autorização do CNPG. O Presidente, considerando a sugestão de  
294Dra. Ediene, sugeriu que na próxima reunião, a se realizar no dia 15/03/2017, o assunto seja o  
295primeiro item a ser abordado, no que contou com a concordância de todos os presentes. Em  
296sequência, passou-se a abordar os itens 8 e 9 da pauta, sendo que, em razão do baixo quórum, o  
297Presidente, no mesmo sentido, também transferiu a abordagem dos itens para a próxima reunião.  
298Ato contínuo, Dr. Rinaldo Reis agradeceu a presença de todos e, após os pronunciamentos do Dr.  
299Roberto Alves, PGJ/AP, do Dr. Lauro Machado, PGJ/GO e do Dr. Paulo Prado, PGJ/MT,  
300destacou que no dia 15/03/2017 os mesmos serão devidamente homenageados, declarando  
301encerrada a reunião. Por fim, eu, Glaucio Pinto Garcia, Secretário-Executivo do CNPG, lavrei  
302esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-  
303Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União presentes.